

Causa e Efeito

Economia - Brasil

O governo sempre condicionou a redução das taxas dos juros ao ajuste fiscal. Ontem, o governo passou da teoria à prática. Em matéria de demonstração, não podia ser mais didático e político, ao explicitar o efeito sobre as contas públicas da aprovação, por larga maioria, das últimas três emendas da reforma previdenciária.

Foi só o Congresso aprovar as três últimas emendas da reforma da Previdência, que permitem impor um mínimo de ordem às aposentadorias do setor público, e o Banco Central já baixou meio ponto na taxa de juros do *overnight*, que recuou de 42,75% para 42,70% ao ano.

Foi pouco, num dia em que o Banco da Inglaterra cortou meio ponto na taxa de redesconto, mas os bancos centrais da França e da Alemanha mantiveram os juros estáveis em 3,30% ao ano e o presidente do Federal Reserve Bank, Allan Greenspan, deu sinais de que não manterá a queda mensal de 0,25% nas taxas dos fundos federais nos Estados Unidos.

Com a simples aprovação da criação de um fundo de pensão para os servidores da União, estados e municípios, destinado a complementar os benefícios dos futuros aposentados que receberem acima de R\$ 1.200, já será possível estancar o gigantesco déficit da Previdência do setor público. Pode-se imaginar, portanto, o efeito final da aprovação do Programa de Estabilidade Fiscal para os próximos três anos no acerto dos rombos orçamentários e na redução consistente das taxas de juros.

É certo que a aprovação da reforma da Previdência demorou demais. O governo perdeu praticamente quatro anos de mandato até conseguir modificar o arcabouço jurídico montado pela Constituição de 1988, que tornou a Previdência Social não apenas inviável como um fardo insuportável para o Tesouro Nacional, que se viu forçado a um endividamento suicida — so-

bretudo com o atual nível das taxas de juros.

Mas se o Congresso resistiu muito tempo a mudar os equívocos aprovados pelos constituintes, a título de isonomia, para corrigir os desníveis e aberrações acumulados durante o período do autoritarismo, a catequese sobre as causas do déficit público brasileiro foi fundamental para garantir um placar folgado favorável ao governo.

Não se pode esquecer o efeito de algumas concessões pontuais, como o refinanciamento das dívidas dos agricultores até R\$ 200 mil, que sensibilizou a bancada ruralista, na arregimentação de tantos votos de parlamentares (343) a favor do governo.

Mas, parece evidente que, a partir das discussões finais sobre o elenco de medidas do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), que ainda comportam modificações de última hora, não será tão difícil assim para o governo garantir a aprovação do ajuste fiscal. O ajuste é fundamental para recuperar a credibilidade internacional do país e habilitar o Brasil ao crédito garantido mínimo de US\$ 30 bilhões, a ser aberto pelo FMI, organismos multilaterais e o Tesouro americano.

Só com a garantia de um ajuste fiscal mínimo, que não ponha mais em risco o plano de estabilização, com a ameaça da volta da inflação, poderá o país se ver um pouco mais aliviado da política de juros altos que tem sido usada para evitar a fuga de capitais brasileiros do próprio país, mas tem causado profundo desaquecimento da economia e aumento dos índices de desemprego.

Mais que o reconhecimento do próprio governo às críticas contra as altas taxas, a queda dos juros, em seguida ao primeiro gesto favorável do Congresso na direção do ajuste fiscal, funcionou como demonstração da confiança do governo de que os parlamentares votarão pela aprovação das medidas necessárias ao equilíbrio fiscal.